

19. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais:	2014	2013
Receita com venda de ativo imobilizado	270	86
Outras	1	88
Outras despesas operacionais		
Despesa com ICMS - acordo com o Estado do Pará	(650)	(585)
Despesa na venda de ativo imobilizado	(305)	(49)
Ass. Consultoria Tributária	(416)	-
Provisão para contingência e indenizações	-	(1.202)
Baixa de ativos imobilizados	(1.986)	-
Despesa com reestruturação	(392)	(232)
Outras	431	(579)
Outras despesas operacionais, líquidas	(3.047)	(2.473)

20. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto basicamente por:

Receitas financeiras	2014	2013
Rendimento de aplicações financeiras	15.059	8.269
Juros sobre mútuo	273	43
Juros obtidos	1.431	1.184
Total	16.763	9.496
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos com parte relacionada	(353)	(436)
Juros sobre tributos	(101)	(183)
Outros	(484)	(403)
Total	(938)	(1.022)
Variação cambial		
Variação cambial ativa	25.924	28.159
Variação cambial passiva	(22.559)	(22.952)
Total	3.365	5.207
Resultado financeiro líquido	19.190	13.681

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua gerência financeira em conjunto com o Grupo Imerys que tem como objetivo centralizar as atividades financeiras e obter vantagens competitivas no relacionamento com instituições financeiras.

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros, por categoria, podem ser demonstrados:

Ativos financeiros:	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	183.173	143.742
Contas a receber	56.089	70.797
Empréstimos para empresas relacionadas	76.124	21.810
Passivos financeiros:		
Fornecedores	15.491	13.321
Outras contas a pagar com empresas relacionadas	5.057	1.912
Empréstimos com empresas relacionadas	58.281	46.942

A Administração entende que os instrumentos financeiros tais como acima, são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- As taxas contratadas dos empréstimos com partes relacionadas são estabelecidas entre as partes.
- O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Gerenciamento de riscos - Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Sociedade são expostos a seguir:

(a) Riscos cambiais: O resultado das operações da Sociedade é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio, devido ao fato de parte de suas obrigações com terceiros, empréstimos e financiamentos e recebíveis ser denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano). Estes riscos são avaliados e se necessários mitigados pela área de financeira do Grupo, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais da Sociedade.

(b) Risco de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados, principalmente pela “LIBOR”.

(c) Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto. Como 99,9% das vendas são efetuadas para empresas do Grupo Imerys, esse risco é substancialmente reduzido. No caso de contas correntes bancárias e aplicações financeiras a administração da Sociedade opera com instituições financeiras consideradas como baixo risco pelas agências de rating.

(d) Concentração de vendas: A Sociedade realiza operações de vendas em montantes significativos com partes relacionadas, dentro da política estratégica definida pelo Grupo Imerys, da qual a Sociedade pertence. Essas transações representam, aproximadamente, 99,9% da receita líquida da Sociedade.

(e) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações e diferentes moedas. A Sociedade estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é efetuado diariamente pelas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

Os seguintes ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, os quais

podem afetar o resultado da mesma pela variação da taxa de câmbio:

Ativos	Moeda	2014	2013
Contas a receber	EUR	2.813	4.493
Contas a receber	USD	53.276	66.264
Passivos			
Empréstimos a pagar	USD	(53.224)	(46.942)
Exposição líquida por moeda	EUR	2.813	4.493
	USD	52	19.322

Análise de sensibilidade: Em conformidade com o CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros da Sociedade, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de câmbio de seus ativos e passivos financeiros (USD), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os possíveis impactos da análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida da Sociedade no resultado financeiro foram considerados irrelevantes.

A Sociedade não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

A Sociedade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, bem como não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

22. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O total de remuneração dos administradores da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$1.969 (R\$929 em 2013).

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém política de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos, em montante julgados pela a Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos realizada por consultores especializados. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do prêmio de seguro montava em R\$1.505.

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Durante o exercício de 2014, a Sociedade adquiriu ativo imobilizado no valor de R\$10.129, cujo valor a ser pago está reconhecido em fornecedores, no passivo circulante, e com os respectivos impostos a recolher.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade adquiriu ativo imobilizado no valor de R\$2.580, cujo valor a ser pago está reconhecido em fornecedores, no passivo circulante, e com os respectivos impostos a recolher.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de maio de 2015.

José Marquede Felix dos Santos Contador CRC - PA 010761-O/7	Laurent Gilles Jean Zago Diretor Financeiro	Marcos Fernando Dias Moreira Diretor Presidente
--	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

da Imerys Rio Capim Caulim S.A. Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras da Imerys Rio Capim Caulim S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

a. Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresentava ICMS a recuperar junto ao Estado do Pará no montante de R\$102.697 mil (R\$102.673 mil em 31 de dezembro 2013). Em função das vendas da Sociedade serem

substancialmente exportações, que são isentas deste imposto, os valores a recuperar, em sua maior parte, estão sujeitos à realização através de transferência a terceiros ou pagamento a fornecedores, após autorização da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará. Essa forma de realização tem requerido que a Sociedade conceda descontos sobre os valores nominais para as empresas que venham a adquirir os créditos de impostos já homologados e aprovados por aquela Secretaria. Considerando que não há histórico recente de homologações e como não há garantia que os demais créditos sejam também homologados, entendemos que uma provisão para descontos para os créditos não homologados no montante de R\$94.603 mil deveria ser registrada, em 31 de dezembro de 2014 (R\$95.441 mil em 31 de dezembro de 2013). Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 estão superavaliados em R\$94.603 mil (R\$95.441 mil em 31 de dezembro de 2013) e o lucro líquido referente ao exercício findo naquela data está a menor em R\$838 mil (em 31 de dezembro de 2013 o lucro líquido está apresentado a maior em R\$15.941 mil).

b. Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresentava outros impostos a recuperar no montante de R\$13.913 mil, dos quais R\$7.964 mil referem-se a saldo de imposto de renda a compensar. Considerando que não há histórico recente de compensações destes valores e informações suficientes para justificar sua manutenção como ativo, entendemos que uma provisão para não recuperação de impostos a recuperar no montante de R\$3.480 mil deveria ser registrada. Consequentemente, o ativo circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 estão superavaliados em R\$3.480 mil e o lucro líquido referente ao exercício findo naquela data está superavaliado no mesmo valor.

c. Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresentava imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no valor de R\$6.302 mil, sobre diferenças temporárias, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Os procedimentos de auditoria e os controles internos sobre esses impostos indicam que os saldos contábeis estão superavaliados em R\$4.457 mil em 31 de dezembro de 2014, e, portanto, deveriam ter sido baixados dos ativos da Sociedade, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 encontram-se superavaliados em R\$4.457 mil, e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está superavaliado no mesmo valor.

d. Conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresentava estoques no montante de R\$66.107 mil. Todavia, nossos exames indicaram que os controles que asseguram a integração e coordenação dos registros contábeis com os registros de controle da valorização dos estoques de produtos acabados e em elaboração estão em fase de revisão pela Sociedade. Como decorrência deste fato, identificamos que o montante de R\$3.483 mil já havia sido comercializado em 2014, e, portanto, deveria ter sido baixado dos ativos da Sociedade, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, o ativo circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 encontram-se superavaliados em R\$3.483 mil, e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está superavaliado no mesmo valor, R\$2.952 mil, líquido dos efeitos tributários.

e. Em 31 de dezembro de 2014, existem riscos fiscais, trabalhistas e ambientais no montante de R\$1.336 mil considerados como prováveis que não tinham sido provisionados (R\$3.931 mil em 31 de dezembro de 2013). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014, o passivo não circulante encontra-se subavaliado em R\$1.336 mil, o patrimônio líquido encontra-se superavaliado em R\$1.336 mil (R\$3.931 mil em 31 de dezembro de 2013) e o lucro líquido referente ao exercício findo naquela data está a menor em R\$2.200 mil, líquido dos efeitos tributários (em 31 de dezembro de 2013 o lucro líquido está apresentado a menor em R\$3.331 mil, líquido dos efeitos tributários).

f. A Sociedade está em processo de conciliação do saldo de depósitos judiciais contabilizados pelo montante de R\$11.178 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$8.538 mil em 31 de dezembro de 2013) com os registros informados pelas instituições financeiras e pelo departamento jurídico. Após a conclusão desta conciliação, ajustes poderão ser identificados, afetando as demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível nos satisfazer quanto à necessidade ou não de ajustes, no que se refere ao saldo de depósitos judiciais, bem como aos potenciais efeitos contábeis no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e no resultado do exercício findo naquela data.

g. Durante nossos procedimentos de auditoria, verificamos que a Sociedade não preparou estudos e análises relacionados à necessidade de constituição de provisão para recuperação de danos ambientais e/ou para obrigações por conta do fechamento de mina. Tampouco fomos capazes de aplicar procedimentos alternativos de auditoria para nos satisfazermos quanto ao registro e a apresentação dessa provisão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, o escopo dos nossos exames não foi suficiente para nos permitir formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos dessas transações e sua apresentação nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2014 e para o exercício findo naquela data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos decorrentes dos assuntos mencionados nas alíneas a) a e) e exceto pelos efeitos, se houver, que poderiam decorrer dos assuntos mencionados nas alíneas f) e g) do parágrafo “base de opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Imerys Rio Capim Caulim S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, que indica que a Sociedade realizou transações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas, principalmente de vendas.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC-ZSP 011.609/O-8 F/MG	Vagner Ricardo Alves Contador CRC-1SP 215.739/O-9
---	---